

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas
Visconde de Chancelheiros
ALENQUER

2015
2016

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.ºC	2.ºC	3.ºC	SEC
Escola Básica Visconde de Chancelheiros, Merceana, Alenquer			•	•	
Escola Básica da Labrugeira, Alenquer	•	•			
Escola Básica da Pocariça, Alenquer		•			
Escola Básica de Aldeia Gavinha, Alenquer		•			
Escola Básica de Cortegana, Alenquer	•	•			
Escola Básica de Merceana, Alenquer	•	•			
Escola Básica de Olhalvo, Alenquer		•			
Escola Básica de Ribafria, Alenquer		•			
Escola Básica de Vila Verde dos Francos, Alenquer	•	•			
Escola Básica do Paiol, Alenquer		•			
Jardim de Infância de Aldeia Gavinha, Alenquer	•				
Jardim de Infância de Penafirme da Mata, Alenquer	•				
Jardim de Infância de Pereiro de Palhacana, Alenquer	•				

1- INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas Visconde de Chancelheiros – Alenquer**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada nos dias 1, 2, 3 e 5 de fevereiro de 2016. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e as escolas básicas de Olhalvo, Vila Verde dos Francos e Cortegana (as duas últimas com jardim de infância).

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2015-2016** serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Visconde de Chancelheiros situa-se na vila de Merceana, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa. Foi criado em 2007-2008, em resultado da agregação da Escola Básica Visconde de Chancelheiros (atual escola-sede) com o Agrupamento Horizontal de Escolas de Aldeia Gavinha. Os jardins de infância e as escolas que o constituem distribuem-se por cinco freguesias. Dispõe de uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, a funcionar na Escola Básica de Vila Verde dos Francos. Foi avaliado em 2011, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas.

No ano letivo de 2015-2016, é frequentado por 742 crianças e alunos: 160 na educação pré-escolar (nove grupos); 266 no 1.º ciclo do ensino básico (18 turmas); 116 no 2.º ciclo (seis turmas) e 200 no 3.º ciclo (11 turmas, uma das quais com percursos curriculares alternativos).

Da totalidade das crianças e dos alunos, 1% é de nacionalidade estrangeira. No que respeita à ação social escolar, 47% não beneficiam de auxílios económicos. Possuem computador e ligação à internet, 83% das crianças e dos alunos. Os dados relativos à formação académica dos pais e das mães revelam que 22% têm habilitação secundária e 7% superior. Relativamente à sua ocupação profissional, 13% desenvolvem atividades de nível superior e intermédio.

Dos 86 docentes que exercem funções no Agrupamento, 78% pertencem aos quadros. No que respeita à experiência profissional, 90% lecionam há 10 ou mais anos. Quanto aos trabalhadores não docentes, 49 assistentes operacionais (com quem colaboram também quatro elementos com contrato emprego-inserção, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.), seis assistentes técnicos e duas técnicas superiores (psicólogas, uma a tempo parcial), 69% possuem 10 ou mais anos de serviço.

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo de 2013-2014, o Agrupamento, quando comparado com as outras escolas públicas, apresenta valores das variáveis de contexto bastante desfavoráveis, ainda que não seja dos mais desfavorecidos. Regista-se, em particular, a percentagem de alunos que não beneficiam de ação social escolar, o número de anos de habilitação dos pais e das mães e a percentagem de docentes do quadro do 2.º e do 3.º ciclo.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, bem como os órgãos de direção, administração e gestão realizam a análise dos resultados académicos dos alunos, de onde decorrem medidas de promoção do sucesso escolar, como sejam apoios educativos, salas de estudo e coadjuvações.

Na educação pré-escolar, utilizam-se instrumentos de registo da evolução das aprendizagens das crianças, mas não são evidentes práticas de reflexão conjunta com implicações significativas no planeamento e na ação educativa.

No ensino básico, considerando os modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo, verifica-se que, no ano letivo de 2013-2014, os desempenhos dos alunos situaram-se, globalmente, aquém dos valores esperados, contrariando a tendência de melhoria dos três anos letivos anteriores. Com efeito, apenas nas provas de avaliação externa de português do 6.º e do 9.º ano de escolaridade se apresentam acima do esperado, estando os restantes indicadores aquém daqueles valores de referência.

Analisando os quatro anos letivos para os quais existem resultados contextualizados (2010-2011 a 2013-2014), conclui-se que estes se caracterizam por oscilações, algumas com diferenciais significativos face aos valores esperados, evidenciando a inexistência de estratégias de melhoria consequentes e com efetivo impacto nas aprendizagens.

Relativamente à taxa de conclusão, é o 4.º ano de escolaridade que denota maior inconsistência, alterando valores acima do esperado com valores aquém do mesmo, naquele quadriénio. Já o 6.º e o 9.º ano, com taxas de conclusão sempre acima, e com diferenciais que apresentavam uma evolução positiva nos três primeiros anos do período em análise, registaram valores aquém do esperado em 2013-2014.

Quanto às provas de avaliação externa, também é o 4.º ano que tem desempenhos mais preocupantes, pois apenas ficaram acima do esperado em português, em 2010-2011 e em matemática em 2012-2013, e em linha em português em 2011-2012. Os restantes indicadores situam-se sistematicamente aquém do esperado. No 6.º ano, assinala-se uma melhoria em português, em linha com o esperado em 2010-2011 e acima do mesmo nos três anos seguintes, e piores resultados a matemática, apenas em linha com o esperado em 2010-2011 e aquém nos restantes anos em análise. O 9.º ano apresenta uma inconstância nas duas disciplinas, embora com tendência de melhoria a português e de agravamento a matemática, com valores, aquém do esperado, nesta disciplina, em 2013-2014.

Em síntese, os resultados académicos posicionaram-se, genericamente, aquém dos valores esperados. As oscilações e a inconsistência na maioria dos indicadores analisados apontam para a dificuldade de identificação dos fatores determinantes do (in)sucesso, pelo que não foi ultrapassado um dos pontos fracos identificados na precedente avaliação externa. Assim, a implementação e a monitorização sistemática da eficácia das estratégias desenvolvidas, visando progressos consistentes das aprendizagens e do sucesso educativo, serão aspetos a considerar nos processos de melhoria.

Os dados recolhidos pelo Agrupamento registam a inexistência de abandono escolar no triénio 2012-2013 a 2014-2015, o que evidencia a eficácia das medidas desenvolvidas neste âmbito, tal como que já havia sido assinalado na anterior avaliação externa.

RESULTADOS SOCIAIS

A educação para a cidadania é promovida desde a educação pré-escolar, com o trabalho realizado em torno da apropriação e do cumprimento das regras. No ensino básico, na oferta complementar de formação cívica são abordadas temáticas relativas à educação para o consumo, rodoviária e ambiental, entre outras, bem como analisadas situações relacionadas com a vida escolar. A auscultação dos alunos em sede do processo de autoavaliação é uma prática instituída, algo não identificável na promoção de assembleias de turma ou de delegados, tendo em vista a recolha de sugestões para a melhoria da organização. Estas, poderiam contribuir para o envolvimento e a responsabilização dos alunos nos processos de tomada das decisões que lhes dizem respeito, promover a autonomia, o sentido crítico e uma cidadania mais ativa.

A dinamização de atividades no âmbito dos programas Educação para a Saúde e Eco-Escolas, assim como a participação em campanhas de solidariedade (recolha de alimentos e tampinhas, por exemplo) são iniciativas que incrementam hábitos de vida saudável e o desenvolvimento de atitudes e valores. Neste sentido, sublinha-se também a intervenção dos alunos em ações de voluntariado, algumas em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, que promovem o contacto intergeracional, e na biblioteca esco-

lar, o apoio entre pares. Por outro lado, a adesão às modalidades do Desporto Escolar, como futsal, voleibol, desportos gímnicos e multiactividades, é significativa, concorrendo para a valorização do trabalho em equipa, a aquisição de regras de convivência e para o desenvolvimento de competências sociais.

Embora não se registem casos graves de indisciplina (no triénio 2012-2013 a 2014-2015, apenas um aluno foi objeto de medidas disciplinares sancionatórias), um dos aspetos identificados no âmbito da autoavaliação do Agrupamento, *reformular as estratégias de combate à indisciplina com vista à resolução mais rápida e eficaz das situações ocorridas*, originou uma das ações implementadas no início do presente ano letivo. A elaboração de um *código de conduta*, e o comprometimento de toda a comunidade educativa na sua execução, e a tipificação das infrações e das medidas disciplinares aplicadas, visam a uniformização de critérios e a melhoria do ambiente educativo. A criação do *Gabinete de Apoio ao Aluno* (GAPA), para onde são encaminhados aqueles a quem é dada ordem de saída da sala de aula, é também uma das estratégias previstas.

No entanto, os comportamentos perturbadores do contexto letivo são identificados, pelos diversos intervenientes na presente avaliação externa, como um problema que continua a prejudicar os processos de ensino e de aprendizagem. Embora a implementação recente e a inexistência de um mecanismo de monitorização não permitam avaliar a eficácia das medidas em curso, a diversidade de atuações dos docentes, face a comportamentos perturbadores, é uma área que merece reflexão.

Ainda que alguns alunos, que concluem o seu percurso escolar no Agrupamento, mantenham um contacto informal com os docentes, não existem procedimentos que, de forma estruturada, possibilitem a recolha e o tratamento de dados sobre o respetivo trajeto, o que não favorece o conhecimento do impacto da sua ação.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

De um modo geral, a comunidade educativa, auscultada através da aplicação de questionários de satisfação, no decurso deste processo de avaliação externa, revela estar satisfeita com o serviço prestado pelo Agrupamento. Regista-se uma opinião global sobre o bom funcionamento do mesmo, com maior relevância para os aspetos relacionados com a abertura e a disponibilidade por parte dos docentes e da direção. O conforto das salas de aula, dos espaços desportivos e de recreio, em particular na escola-sede, tal como o comportamento dos alunos nesta, são aspetos que mereceram menor concordância.

O Agrupamento tem uma imagem positiva na comunidade onde está inserido, sendo reconhecido pelo seu trabalho na integração das crianças e dos alunos, designadamente dos que têm necessidades educativas especiais. As entidades locais (Câmara Municipal de Alenquer, juntas de freguesia, Santa Casa da Misericórdia, CERCÍ – Flor da vida, entre outras) cooperam nas respostas educativas proporcionadas. Também as empresas onde se realiza o contacto com contextos de trabalho dos alunos que têm plano individual de transição, por exemplo, contribuem significativamente para a diversidade das experiências disponibilizadas. A colaboração com a associação de pais e encarregados de educação, cuja criação foi incentivada pela direção, tem sido muito positiva, não só na concretização de vários eventos como no melhoramento de alguns espaços dos jardins de infância e das escolas onde funciona o 1.º ciclo.

Da mesma forma, a realização de iniciativas que congregam toda a comunidade contribui para dar visibilidade às dinâmicas escolares. São disso exemplo, a organização dos desfiles de Carnaval, da *Feira Medieval* ou a exposição de presépios em montras do comércio local.

A diversificação da oferta formativa tem sido um objetivo do Agrupamento, dificultada pela sua dimensão reduzida. Ainda assim, o trabalho desenvolvido com os alunos com percursos curriculares alternativos tem sido muito positivo, aspeto que já foi valorizado na anterior avaliação externa.

Os quadros *de mérito e honra e de valor*, que distinguem os alunos que alcançam os melhores resultados e que demonstram comportamentos exemplares, incentivam o empenho, tanto em termos académicos

como de atitudes. Da mesma forma, a divulgação dos premiados através dos meios de comunicação social local e na página *web* do Agrupamento, serve o mesmo objetivo.

No entanto, ainda que se realizem eventos, ao longo do ano letivo, em que são apresentados trabalhos das crianças e dos alunos, e que outros sejam publicados no jornal escolar, a exposição dos mesmos nos espaços comuns dos jardins de infância e das escolas não é uma prática generalizada, o que potenciará a valorização dos seus sucessos e promoverá o acompanhamento pelos pais e encarregados de educação da ação educativa.

Em conclusão, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Decorrente de um dos pontos fracos identificados na anterior avaliação externa, “Incipiente articulação que garanta a sequencialidade na gestão do currículo entre ciclos e ao longo destes”, foi implementada, no âmbito do processo de autoavaliação de 2012-2013, uma ação de melhoria que visava *a gestão articulada de conteúdos, competências e atividades*. Todavia, o trabalho desenvolvido não teve reflexos significativos em termos de gestão das orientações curriculares e dos programas, numa perspetiva de progressão sequencial das aprendizagens. Com efeito, realizam-se *reuniões de articulação* entre docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, mas visam apenas calendarizar e avaliar as atividades conjuntas, bem como transmitir informações relativas às crianças que vão ingressar no 1.º ano de escolaridade. Da mesma forma, as reuniões dos professores que lecionam o 4.º ano com os diretores de turma do 5.º têm como objetivo veicular dados sobre o percurso escolar dos alunos e contribuir para a formação das turmas.

O Agrupamento promove, para além das referidas reuniões, um conjunto de iniciativas que potenciam a plena integração das crianças e dos alunos no nível de ensino/ciclo seguinte, como sejam as visitas às escolas que vão frequentar e a dinamização de atividades ou de projetos comuns. Contudo, não foi ainda ultrapassado o referido ponto fraco, pelo que o desenvolvimento de ações que visem a continuidade curricular, com reflexos na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, e a melhoria do sucesso, é um aspeto a merecer a atenção dos responsáveis.

O planeamento das atividades letivas é concretizado em departamento curricular, na educação pré-escolar, e entre docentes que lecionam os mesmos anos de escolaridade e disciplinas, nos restantes ciclos de ensino. É também em sede daquelas estruturas que se procede à monitorização do cumprimento das planificações, à definição das atividades a incluir no plano anual e à análise dos resultados escolares. Existem práticas de partilha de experiências, de materiais e de realização conjunta de instrumentos de avaliação. Contudo, o trabalho colaborativo poderia ser potenciado se a reflexão acerca da eficácia das metodologias aplicadas em sala de atividades/aula fosse mais sistemática e generalizada a todas as equipas pedagógicas.

Os planos de trabalho dos grupos/turmas apresentam uma estrutura comum e contêm informação útil sobre o perfil e o percurso das crianças e dos alunos. Porém, não se revelam instrumentos de gestão pedagógica diferenciada em função das respetivas especificidades e ritmos de aprendizagem, tornando-se pertinente a reflexão sobre os objetivos, a monitorização e a avaliação destes documentos, potenciadores da melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

O plano anual integra algumas iniciativas que abrangem diferentes níveis de educação e ensino e que promovem o contacto com o meio e o conhecimento da cultura local, contribuindo para a contextualização do currículo. De realçar, neste âmbito, o trabalho desenvolvido com a turma de alunos com percursos curriculares alternativos. Registam-se também evidências de articulação entre conteúdos de algumas disciplinas, nomeadamente em visitas de estudo ou decorrentes de interações planificadas informalmente entre docentes que lecionam a mesma turma. No entanto, as práticas de interdisciplinaridade e de ligação com o meio envolvente poderiam ter maior expressão, conferindo mais significado aos conteúdos educativos e maior sentido e utilidade às aprendizagens efetuadas em contexto de sala de atividades/aula. Por outro lado, embora todas as ações sejam objeto de avaliação, a inexistência de indicadores e de metas não permite uma aferição objetiva do respetivo impacto na melhoria da qualidade das aprendizagens.

PRÁTICAS DE ENSINO

A mobilização de recursos para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, nomeadamente na unidade de apoio especializado, proporciona um acompanhamento sistemático, muito positivo, promotor da sua inclusão, autonomia e integração na vida pós-escolar. É visível o trabalho em rede entre os elementos que integram as várias estruturas de apoio a estes alunos e às respetivas famílias, otimizando as valências disponíveis na comunidade. As parcerias com entidades locais, como o centro de saúde ou a câmara municipal, garantem respostas especializadas e complementares, em áreas diversificadas.

Evidenciam-se, transversalmente, alguns exemplos válidos de diferenciação pedagógica, que não revestem, ainda, práticas consolidadas, e cuja generalização, em contexto de sala de aula, importa impulsionar, tal como já havia sido assinalado na anterior avaliação externa. Sublinha-se o recurso ao trabalho entre pares que tem vindo a conquistar as práticas docentes.

Constatam-se iniciativas positivas de recurso à metodologia experimental, nos diferentes níveis de educação e ensino, embora não com a mesma regularidade nos vários grupos e turmas. Este campo, bem como o de estratégias alicerçadas em metodologias ativas indutoras de aprendizagens significativas, visando um maior envolvimento dos alunos na construção do seu próprio saber, configura um domínio a incrementar. A disseminação dos processos de ensino e de aprendizagem que se revelam eficazes constitui também um desafio, em ordem à melhoria consistente do sucesso escolar.

No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, embora, em muitos casos, sejam utilizadas como ferramentas pedagógicas indutoras de dinâmicas de sala de aula mais estimulantes, não deixa de ser frequente, mais do que o desejável, o seu recurso como dispositivo para a simples apresentação de conteúdos. Também a otimização dos quadros interativos existentes traduz um aspeto menos conseguido. Há, por conseguinte, trabalho a fazer nesta área.

A dimensão artística é privilegiada em diversas atividades patentes no plano anual, desenvolvidas internamente e ou com entidades parceiras (*presépios, Desfile Etnográfico, Feira da Ascensão*, a título exemplificativo).

Com a participação em concursos/campeonatos (Canguru Matemático e SuperTmatik) ou o envolvimento nos programas Eco-Escolas ou Desporto Escolar, os alunos são incentivados à melhoria dos respetivos desempenhos, sendo criadas oportunidades que valorizam as suas potencialidades.

A biblioteca desempenha, na escola-sede, um papel importante na promoção de diferentes níveis de literacia, de hábitos de leitura, de atividades de pesquisa e na realização de iniciativas mobilizadoras da comunidade escolar, que têm subjacentes algumas práticas de articulação intra e interdisciplinar. Interrompida a circulação de *maletas pedagógicas* em ordem a colmatar a inexistência de bibliotecas nas restantes escolas, importa promover ações que, a este nível, permitam impulsionar novas dinâmicas educativas.

O acompanhamento do trabalho docente assenta, sobretudo, na análise dos resultados alcançados, na produção e na troca de materiais didáticos, bem como ao nível da verificação do cumprimento dos programas. As práticas de coadjuvação, recentemente implementadas, configuram uma oportunidade para partilhar e refletir sobre metodologias de ensino.

No presente ano letivo, decorrente do processo de autoavaliação, foi implementada uma medida designada *Melhorar os processos de ensino e de aprendizagem*, que preconiza a observação de aulas pelo coordenador de departamento curricular. Se, por um lado, a introdução desta denominada supervisão não foi devidamente explicitada e discutida com todos os intervenientes, por outro, a forma como está organizada a *ficha de registo da observação* limita o seu principal objetivo – a melhoria das práticas. Assim, associada por muitos à avaliação de desempenho, não conquistou a generalidade do corpo docente e tão pouco se constituiu, ainda, como um processo organizado. Importa, por conseguinte, estimular esta estratégia, em contexto de sala de atividades/aula, numa perspetiva formativa e orientada para a rendibilização dos saberes profissionais, pela mais-valia que pode trazer ao desenvolvimento de práticas pedagógicas relevantes para a promoção do sucesso educativo.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O *projeto curricular de Agrupamento* estabelece os princípios orientadores do processo de avaliação das aprendizagens. Contudo, os perfis de desempenho correspondentes aos níveis de classificação que constituem um referencial claro deste processo, apenas são apresentados de forma sumária relativamente às atitudes e valores.

Os critérios, gerais e específicos, que enquadram a avaliação são divulgados aos alunos e aos pais e encarregados de educação no início do ano letivo, o que confere transparência ao processo. Embora veiculem informação pertinente aos interessados, nem sempre os parâmetros a avaliar e as ponderações atribuídas se apresentam de forma inequívoca em todas as disciplinas, em ordem aos alunos poderem assumir um papel ativo na regulação das suas aprendizagens. Este aspeto é, pois, merecedor de reflexão por parte dos docentes.

A diversidade de instrumentos de avaliação está, em regra, assegurada nos vários níveis de educação e ensino. Importa, no entanto, refletir sobre o contributo destes instrumentos para a regulação das práticas educativas e como suporte de planeamento, nomeadamente na educação pré-escolar. No ensino básico, existem algumas evidências de elaboração conjunta de matrizes e de aferição de critérios de correção, mas este não se reveste como um denominador extensivo a todos os grupos de recrutamento. A aplicação de testes comuns apresenta-se como um trabalho em construção. A intensificação e a generalização destas ações constituem, pois, uma potencial área de investimento, ao concorrer para a calibragem dos instrumentos de avaliação, assim como para assegurar a uniformização do grau de exigência em cada área curricular e a fiabilidade dos resultados.

A avaliação diagnóstica é uma prática que, transversalmente, integrou as rotinas avaliativas, mas que merece ser objeto de reflexão, no sentido de aferir se a forma como está a ser implementada serve os objetivos que lhe estão subjacentes, em particular na educação pré-escolar. Os docentes prestam informação de retorno aos alunos sobre o respetivo desempenho em diferentes tarefas. Afigura-se importante, porém, generalizar esta vertente formativa, de modo contínuo e sistemático, articulando-a efetivamente com a avaliação sumativa, enquanto estratégia de regulação e de reajustamento do processo de ensino e de aprendizagem.

São organizadas algumas medidas de promoção do sucesso escolar como complemento das estratégias desenvolvidas em sala de aula. Nesse sentido, os responsáveis, atentos aos recursos disponíveis, investiram nas coadjuvações, no presente ano letivo. As ações implementadas são analisadas, com caráter trimestral, designadamente pelos conselhos pedagógico, de docentes e de turma. Contudo, não se evidencia um tratamento global estruturado, assente em indicadores que permitam, de modo consistente, aferir

da sua eficácia nas aprendizagens, pelo que se afigura relevante aprofundar os mecanismos de monitorização das mesmas. As medidas pedagógicas disponibilizadas aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente têm, de um modo geral, reflexos positivos na melhoria das aprendizagens, embora o sucesso pleno, no último triénio, só tenha sido atingido no 3.º ciclo.

No que respeita ao abandono escolar, as estratégias preventivas para o combater, como a intervenção atempada dos professores titulares/diretores de turma junto dos pais e encarregados de educação, o acompanhamento e orientação pelos serviços técnico-pedagógicos aos alunos, em articulação com entidades externas, como sejam a Escola Segura e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alenquer, têm-se revelado eficazes.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O diretor exerce uma liderança de proximidade, revelando comprometimento na afirmação da identidade do Agrupamento, e com o apoio de uma equipa coesa, orienta a sua ação por princípios humanistas e para a resolução dos problemas do quotidiano escolar. A valorização das lideranças intermédias, num quadro de gestão partilhada de responsabilidades, conferindo-lhes margem de intervenção nas respetivas áreas, é também uma característica que pauta a sua atuação. É ao nível do delinear de estratégias e de processos alternativos que produzam impactos consistentes na melhoria dos resultados académicos que se coloca, a estas estruturas educativas, o maior desafio.

O conselho geral, dentro da esfera de competências que lhe estão cometidas, desenvolve a sua atuação em sintonia com os restantes órgãos e estruturas. Denota, no entanto, algumas dificuldades no acompanhamento e avaliação da execução das ações e opções do Agrupamento.

Os documentos de orientação educativa apresentam algumas fragilidades que podem comprometer o seu valor instrumental ao nível da organização e do planeamento. O projeto educativo, concebido para 2013-2017, a partir da identificação de *problemas educativos* e de *pontos positivos*, define quatro objetivos estratégicos e enumera princípios orientadores. Os compromissos a prosseguir ao nível pedagógico, organizacional e com a comunidade educativa encontram-se elencados sem estarem suportados em indicadores específicos, sem preconizarem medidas de atuação e sem explicitarem os mecanismos de monitorização dos processos a desencadear. Tal aspeto já havia sido assinalado na anterior avaliação externa, que dava conta da “inexistência de indicadores avaliáveis, que facilitem a operacionalização dos objetivos enunciados no Projeto Educativo do Agrupamento e que possibilitem a sua avaliação”. Desta forma, este documento, enquanto referencial estratégico, não consagra, de forma consistente e cabal, o propósito, ou propósitos, pelo qual o Agrupamento se rege.

O plano anual, que agrega um conjunto diversificado de iniciativas, não clarifica o modo como estas são avaliadas e o impacto esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados. Não estabelece, igualmente, uma correlação inequívoca entre a intencionalidade subjacente a cada uma das atividades nele propostas e os princípios e os objetivos definidos no projeto educativo, pelo que esse enquadramento poderá ser claramente melhorado.

O empenho e a motivação evidenciados pelos trabalhadores são potenciadores de um clima educativo positivo e de uma boa interação humana e profissional. Sublinha-se a receptividade dos responsáveis às oportunidades que intensificam a ação educativa, designadamente a projetos. A cultura identitária de

Agrupamento tem sido conseguida pelo impulso dado ao trabalho colaborativo, com equipas que integram docentes dos diferentes níveis de educação e de ensino e outros elementos da comunidade educativa, e pela realização de um leque diversificado de iniciativas que ajudam a estreitar laços e favorecem a coesão organizacional. O *Cortejo/Desfile Quinhentista*, o desfile de Carnaval e o *Arraial* de final de ano letivo, são disso exemplos emblemáticos a destacar.

Realça-se o clima de diálogo com os representantes do poder local. A abertura ao meio fica também patente na articulação consolidada com diversas entidades e instituições, em áreas estratégicas de intervenção, viabilizando respostas contextualizadas às necessidades educativas e à inclusão social, refletindo-se, positivamente, no reconhecimento público da ação do Agrupamento.

GESTÃO

O diretor gere os recursos humanos de forma consentânea com as competências profissionais, aliadas ao perfil e à experiência, numa lógica de eficácia e de adequação às funções. É ponderada a distribuição do serviço docente, sempre que possível, norteada pela continuidade pedagógica. Princípio que, na generalidade, também é extensivo, em cada ciclo, aos diretores de turma. A flexibilidade no contacto com as famílias denota o cuidado destes docentes na promoção e incremento da participação dos pais e encarregados de educação no processo escolar dos respetivos educandos.

Ao nível do pessoal não docente, evidencia-se, num quadro de gestão partilhada com a direção, a autonomia no exercício das funções de coordenação dos assistentes técnicos e operacionais. As suas aptidões são, em regra, conciliadas com a resposta requerida nos diversos setores, sendo que a rotatividade de funções não reveste uma prática usual. Sempre que se justifica, e numa lógica de agrupamento, é feita a alocação temporária de trabalhadores da escola-sede aos restantes estabelecimentos de educação e ensino. A dedicação e o espírito de entreaajuda concorrem para assegurar o bom funcionamento das diversas áreas.

A melhoria da formação profissional tem subjacente a identificação das necessidades diagnosticadas pelos trabalhadores, as quais integram o plano anual de atividades. A agregação, num documento estruturado, desse diagnóstico e das propostas formativas externas e internas, bem como das práticas de disseminação de conhecimentos entre pares, docentes e não docentes, sem descuidar a rentabilização das competências e das diversas áreas de especialização, é um mecanismo a melhorar.

Identificam-se, por parte do Agrupamento, num trabalho em construção, atividades promotoras do diálogo com as famílias que reforçam a sua interligação com a escola. É reconhecida a importância da associação de pais e encarregados de educação na melhoria das condições dos estabelecimentos escolares, fazendo pequenas reparações e doação de equipamentos, que contribuem para o desenvolvimento de atividades e para a otimização da prática letiva.

Confrontados com a dispersão geográfica dos estabelecimentos educativos e com os constrangimentos ao nível da rede de transportes disponíveis, os responsáveis encontraram na organização das turmas do 2.º ciclo em função da área de proveniência dos alunos uma medida organizativa que permitiu conciliar os dois aspetos, suscitando um desafio para a gestão dos espaços na escola-sede. Nesta, pese embora a necessidade de obras de requalificação e de melhoramento, o investimento na humanização dos espaços, em particular de salas de aula, é uma potencial área de intervenção. Através da utilização do pavilhão ginnodesportivo da sociedade recreativa local, contíguo à escola-sede, é possível colmatar a inexistência deste tipo de equipamento e proporcionar condições mais adequadas à prática desportiva aos alunos que frequentam os 2.º e 3.º ciclos.

No que diz respeito à distribuição dos recursos, nomeadamente literários, científicos e informáticos, nos diversos estabelecimentos escolares, trata-se de uma área merecedora de intervenção, a fim de se estabelecer uma cultura de equidade e de identidade do Agrupamento.

Os circuitos de comunicação, que têm sido objeto de ações de melhoria desde 2012-2013, registaram progressos na difusão de informação com oportunidade e celeridade. No entanto, a plataforma *moodle*, que configura um suporte logístico importante para o desenvolvimento de atividades educativas e para a partilha de recursos didáticos entre docentes e alunos, não se encontra plenamente otimizada pelos potenciais utilizadores. É o correio eletrónico institucional que tem vindo, nessa vertente, a ganhar terreno, tal como na agilização dos contactos interpessoais no campo da comunicação interna. O portal do Agrupamento configura, por seu turno, um canal digital privilegiado para a divulgação de documentos estruturantes, do processo de autoavaliação, ou do blogue da biblioteca escolar.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A identificação de fragilidades ao nível da autoavaliação, aquando da anterior avaliação externa, incentivou os responsáveis a dar continuidade ao processo avaliativo interno assente na metodologia *Common Assessment Framework* (CAF), entretanto iniciado com o apoio de uma empresa de consultadoria. A formação por esta proporcionada é um aspeto que a equipa de trabalho, representativa da comunidade, sublinha pela positiva.

O primeiro diagnóstico organizacional (*CAF I*), realizado em 2011-2012, permitiu a identificação de fragilidades para as quais foram concebidas e implementadas ações de melhoria (*melhorar a comunicação externa do Agrupamento, melhorar a comunicação interna do Agrupamento, melhorar a articulação horizontal e vertical entre os vários ciclos e escolas do Agrupamento, na promoção da melhoria dos resultados escolares e gerir e melhorar os processos de ensino-aprendizagem*) que, de acordo com os intervenientes, conheceram um razoável nível de execução e permitiram a superação de algumas fragilidades. Do trabalho desenvolvido resultou, igualmente, o primeiro *Observatório de Ensino e Aprendizagem* cujos objetivos se focalizaram, entre outros aspetos, na aferição do desempenho global da organização ao nível pedagógico e das práticas de cada professor.

Na sequência do segundo diagnóstico organizacional (*CAF II*), realizado em 2013-2014, três das ações de melhoria traçadas reincidiram na vertente das comunicações interna e externa e nos processos de ensino e de aprendizagem, o que denota tratar-se de áreas com trabalho em progresso. No que respeita à articulação curricular, a ação anteriormente levada a efeito neste domínio não foi reforçada, persistindo debilidades. Este continua, pois, a apresentar-se como um aspeto menos conseguido e a requerer uma reflexão aprofundada e a tomada de medidas consistentes. No âmbito do segundo *Observatório de Ensino e Aprendizagem*, realizado em janeiro de 2016, os resultados dos questionários aplicados configuram uma oportunidade para os docentes aprofundarem a informação obtida e avaliarem o impacto das respetivas práticas nas aprendizagens dos alunos.

Os planos anuais de ações de melhoria traçados, subsequentemente a cada um dos diagnósticos organizacionais, denotam fragilidades quanto aos indicadores de eficiência e à respetiva monitorização, não possibilitando, de forma cabal, o estabelecimento de relações de causalidade ou de correlação, o que pode comprometer a verificação da eficácia do trabalho desenvolvido e a sustentabilidade do processo autoavaliativo. Ainda há, por conseguinte, caminho a percorrer de modo a aumentar a fiabilidade e a consistência do mesmo.

Os diagnósticos anteriormente referidos (*CAF I* e *CAF II*) foram concretizados com a aplicação de inquéritos, por questionário, à comunidade educativa que foi sensibilizada para a importância do processo e informada, quer sobre os procedimentos quer sobre as respetivas conclusões. Releva-se a prática de a equipa de autoavaliação apresentar, regularmente, aos conselhos geral e pedagógico, um ponto de situação relativamente à concretização das ações de melhoria em curso.

Também os dados estatísticos relativos aos desempenhos dos alunos têm sido, regularmente, objeto de análise e de reflexão pelos órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. A elaboração de relatórios de execução das atividades pelos diferentes grupos de trabalho e lideranças

intermédias refletem, igualmente, uma atitude positiva de autoquestionamento. Contudo, esse trabalho não evidencia uma sistematização e/ou uma análise integradora das informações com cariz autoavaliativo veiculadas, setorialmente, pelas diversas fontes, sendo que aquela se reveste de utilidade estratégica, tornando mais consistentes as medidas definidas ao nível do planeamento, da organização e das práticas docentes. Assim, a “perspetiva sistematizadora e articulada das diferentes práticas autoavaliativas” identificada na anterior avaliação externa continua a não ser “uma realidade”, persistindo o desafio nesta área.

O processo de autoavaliação, também identificado como um ponto fraco pela sua “falta de consolidação [...], enquanto instrumento de gestão do progresso do Agrupamento”, apresenta-se mais estruturado e com alguns impactos na melhoria do serviço educativo prestado. Porém, ainda não se enforma como uma ferramenta estratégica que garanta, em pleno, a sua sustentabilidade enquanto efetivo processo de aperfeiçoamento contínuo. A sua consolidação, identificando, nas ações de melhoria implementadas, mecanismos explícitos e estruturados de monitorização sistemática dos processos, assentes em efetivos indicadores de eficiência, é uma área onde os responsáveis devem incidir esforços, integrando os contributos da presente avaliação.

Nesse sentido, a autoavaliação dará forma a um instrumento de melhoria global do Agrupamento, permitindo alicerçar, de forma consequente, todas as opções estratégicas, garantindo o seu progresso sustentado, e reforçando os efeitos no planeamento, na gestão das atividades e nas práticas profissionais, com vista à melhoria consistente das aprendizagens e dos resultados dos alunos.

Em conclusão, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A dinamização de atividades mobilizadoras de crianças e de alunos, com impacto positivo na sua formação pessoal e social, assim como de projetos transversais aos diversos estabelecimentos de educação e de ensino, com reflexos na coesão organizacional;
- O trabalho em rede desenvolvido com crianças e alunos com necessidades educativas especiais, ou com percursos curriculares alternativos, por parte dos intervenientes que integram as diferentes estruturas, incluindo as entidades externas, promovendo a sua inclusão, autonomia e integração na vida pós-escolar;
- A liderança de proximidade exercida pelo diretor, empenhado em afirmar a identidade do Agrupamento, num quadro de gestão partilhada de responsabilidades;
- O empenho evidenciado pelos trabalhadores, potenciador de um clima educativo e de um relacionamento interpessoal, na sua generalidade, positivos;
- A interação com a comunidade, numa linha de articulação consolidada com diferentes parceiros, através de diversas iniciativas dinamizadas pelo Agrupamento, refletindo-se no reconhecimento público da sua ação.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A identificação dos fatores determinantes do (in)sucesso, intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, a implementação e a monitorização sistemática da eficácia das estratégias desenvolvidas, visando progressos consistentes das aprendizagens e dos resultados académicos;
- O reforço do envolvimento dos alunos nas dinâmicas organizacionais, nomeadamente nos processos de tomada de decisão, como forma de desenvolver a autonomia, o sentido crítico e incrementar uma cidadania mais interventiva;
- A gestão articulada do currículo, sustentada num planeamento estruturante, intencional e orientador, com vista a sistematizar práticas que garantam a sequencialidade e a integração das aprendizagens e o desenvolvimento transversal de competências, aumentando a eficácia da ação educativa;
- O incremento, transversal, da diferenciação pedagógica e da vertente experimental das ciências, bem como de estratégias alicerçadas em metodologias ativas, proporcionando um maior envolvimento de crianças e de alunos na construção das suas aprendizagens e a melhoria dos resultados académicos;
- O investimento na supervisão pedagógica, em sala de atividades/aula, enquanto estratégia formativa orientada para a rendibilização dos saberes profissionais e para a reflexão acerca de metodologias de ensino e de práticas pedagógicas relevantes para a promoção do sucesso educativo;
- O reforço dos procedimentos que permitam uma aferição das dinâmicas avaliativas e dos critérios definidos, generalizando-os, enquanto garante do rigor e da equidade da avaliação;
- A consolidação da autoavaliação, identificando, nas ações de melhoria implementadas, mecanismos explícitos e estruturados de monitorização sistemática dos processos, assentes em efetivos indicadores de eficiência, de modo a possibilitarem uma intervenção estratégica e conseqüente nas áreas identificadas como prioritárias.

08-04-2016

A Equipa de Avaliação Externa: Cândido Peres, Maria João Pereira, Marisa Janino Nunes